

**HABEAS CORPUS Nº 493.181 - RS (2019/0040942-4)**

**RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ADVOGADO : BIBIANA ASCARI DO ESPIRITO SANTO BENTO DA SILVA - DEFENSORA PÚBLICA**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PACIENTE : JORGINA CARDOSO RODRIGUES (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em benefício de JORGINA CARDOSO RODRIGUES, contra o v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**, nos embargos infringentes no agravo em execução penal n. 0342479.95.2018.8.21.7000.

Depreende-se dos autos que o e. Juízo da Vara de Execuções Criminais concedeu o indulto à paciente, com fulcro no Decreto Presidencial n. 9.246/2017, e julgou extinta a punibilidade.

Irresignado, o Ministério Público interpôs agravo em execução, ao qual o eg. Tribunal de origem deu provimento, por maioria, para cassar o indulto, alegando que o tráfico privilegiado seria crime equiparado a crime hediondo, consoante v. acórdão de fls. 165-171.

Os embargos infringentes e de nulidade opostos foram rejeitados (fls. 198-207).

Daí o presente **writ**, no qual a impetrante alega, em síntese, que a decisão proferida pelo col. Supremo Tribunal Federal no HC n. 118.533/MS afastou o tratamento equiparado a hediondo ao crime de tráfico privilegiado, sendo possível a concessão do indulto previsto no Decreto n. 9.246/2017, segundo previsto, de forma expressa, em seu art. 1º, IV.

Requer, ao final, o deferimento do pedido liminar para suspender o v. acórdão impugnado, e, ao final, sua confirmação, a fim de restabelecer a

decisão proferida pelo Juízo das Execuções que concedeu o indulto à paciente.

É o breve relatório.

**Decido.**

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Supremo Tribunal Federal, firmou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Diante das alegações expostas na inicial, entretanto, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

O col. Supremo Tribunal Federal, em decisão oriunda do Tribunal Pleno, no julgamento do **habeas corpus** n. 118.533/MS, afastou o caráter hediondo dos delitos de tráfico de drogas em que houvesse a incidência da causa especial de diminuição de pena prevista no §4º do art. 33 da Lei n. 11.343/06. Trago à colação a ementa do mencionado julgado, **verbis**:

**"HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL, PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. APLICAÇÃO DA LEI N. 8.072/90 AO TRÁFICO DE ENTORPECENTES PRIVILEGIADO: INVIABILIDADE. HEDIONDEZ NÃO CARACTERIZADA. ORDEM CONCEDIDA.**

*1. O tráfico de entorpecentes privilegiado (art. 33, § 4º, da Lei n. 11.313/2006) não se harmoniza com a hediondez do tráfico de entorpecentes definido no caput e § 1º do art. 33 da Lei de Tóxicos.*

*2. O tratamento penal dirigido ao delito cometido sob o manto do privilégio apresenta contornos mais benignos, menos gravosos, notadamente porque são relevados o envolvimento ocasional do agente com o delito, a não reincidência, a ausência de maus antecedentes e a inexistência de vínculo com organização criminosa.*

*3. Há evidente constrangimento ilegal ao se estipular ao tráfico de entorpecentes privilegiado os rigores da Lei n. 8.072/90 .*

*4. Ordem concedida"* (HC n. 118.533/MS, **Tribunal Pleno**, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. **Cármem Lúcia**, DJe de 19/9/2016, grifei).

Nesta Corte, a **Terceira Seção**, por unanimidade, acolheu a tese segundo a qual o tráfico ilícito de drogas na sua forma privilegiada (art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006) não é crime equiparado a hediondo, revisando o entendimento consolidado por ocasião do julgamento do REsp n. 1.329.088/RS - Tema 600, com o consequente cancelamento do enunciado 512 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento da Petição nº 11.796-DF, em 23/11/2016, de relatoria da em. Ministra Maria Tereza de Assis Moura.

Ante o exposto, verifico a **presença dos requisitos autorizadores** para a concessão da medida de urgência, motivo pelo qual **defiro a liminar**, para suspender os efeitos do v. acórdão impugnado e restabelecer a decisão de primeiro grau que concedeu o indulto à paciente, até ulterior julgamento do presente **writ**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao Juízo de 1º grau e ao eg. Tribunal de origem.

Após, vista ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator